

Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: experiência da UnB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga

Caroline Siqueira Gomide¹, Rafael Litvin Villas Bôas², Maria Lúcia Martins Gudinho³, Luan Ramos Gouveia⁴, Ana Lêda Dias dos Santos⁵

^{1, 2, 5} Universidade de Brasília - UnB. Faculdade Planaltina - FUP. Área Universitária n. 1, Vila Nossa Senhora de Fátima, Brasília - DF. Brasil. ³ Epotecampo e Universidade de Brasília - UnB. ⁴ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Autor para correspondência/Author for correspondence: caroline.gomide@gmail.com

RESUMO. O artigo tem como objetivo historicizar a dinâmica de atuação da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (UnB), com as comunidades do sítio histórico do território Kalunga e cidades dos arredores do quilombo. Com esse intuito sistematizamos e analisamos os avanços, limites e desafios das ações de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidas no território considerando as formas de organização política e comunitária existentes na região, e a relação entre cultura e formas de resistência aos modos de produção que implicam em degradação ambiental e social da região, como a atividade minerária e o agronegócio. Buscamos destacar nas atividades de extensão a perspectiva da práxis operando nos seminários de Tempo Comunidade, nas ações dos coletivos de teatro e audiovisual, nos desafios da construção do comitê de pesquisa do território Kalunga. A partir dessa atuação, foi possível perceber uma série de avanços no fortalecimento do processo de educação, formação e organização social da população rural e quilombola da região.

Palavras chave: Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, Tempo Comunidade, Organização Social.

Peasant Education and Pedagogy of Alternance: UnB experience in the Kalunga historical site and cultural heritage

ABSTRACT. The intent of this article is to historicize the dynamics of the Teaching certifications in Rural Education at University of Brasília (UnB) with the communities of the historical site of the Kalunga territory and cities around the quilombo. With this aim, we systematize and analyze the advances, limits and challenges of teaching, extension and research activities carried out in the territory, considering the forms of political and community organization existing in the region, the relationship between culture and resistance form to the production modes that imply degradation of the region, such as mining and agribusiness. We sought to highlight in the extension activities the perspective of the praxis operating in the Community Time seminars, in the theater and audiovisual collectives actions, in the construction challenges of the Kalunga territory research committee. From this performance, it was possible to notice a series of advances in strengthening the process of education, training and social organization of the rural and quilombola population of the region.

Keywords: Peasant Educationⁱ, Alternation Pedagogy, Community Time, Social Organization.

Educación del Campo y Pedagogía de Alternancia: experiencia UnB en el sitio histórico y el patrimonio cultural de Kalunga

RESUMEN. El artículo tiene como objetivo historizar la dinámica de actuación de la Licenciatura en Educación del Campo de la Universidad de Brasilia (UnB) con las comunidades del sitio histórico del territorio Kalunga y ciudades de los alrededores del quilombo. Con ese propósito sistematizamos y analizamos los avances, límites y desafíos de las acciones de enseñanza, extensión e investigación desarrolladas en el territorio considerando las formas de organización política y comunitaria existentes en la región, la relación entre cultura y formas de resistencia a los modos de producción que implican en de degradación ambiental y social de la región, como la actividad minera y el agronegocio. Buscamos destacar en las actividades de extensión la perspectiva de la praxis operando en los seminarios de Tiempo Comunidad, en las acciones de los colectivos de teatro y audiovisual, en los desafíos de la construcción del comité de investigación del territorio Kalunga. A partir de este desempeño, fue posible notar una serie de avances en el fortalecimiento del proceso de educación, capacitación y organización social de la población rural y quilombola de la región.

Palabras clave: Educación en el campo, Pedagogía de Alternancia, Tiempo Comunidad, Organización Social.

Introdução

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade de Brasília (UnB), criado em 2007, foi uma das quatro primeiras experiências desenvolvidas em universidades públicas brasileiras. Posteriormente essa modalidade de licenciatura se constituiu em um conjunto de 44 cursos sediados em universidades e institutos federais do país, com o objetivo de formar e habilitar profissionais para atuação docente, por área de conhecimento, nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas do Campo.

No caso do curso da UnB, que recentemente teve o Plano Pedagógico do Curso (PPC) reformulado, a organização se dá em três áreas do conhecimento: Matemática, Linguagens e Ciências da Natureza, sendo o primeiro curso a desvincular a habilitação em matemática da habilitação em ciências da natureza. Na área de Linguagens a reformulação incluiu como disciplinas o Audiovisual e as Artes Visuais, considerando a compreensão e a potencialidade dos múltiplos letramentos, para além da dimensão escrita.

O regime da pedagogia da alternância adotado como método do curso permite à população do campo uma formação que articula o momento de

aprendizado na universidade e o tempo de vida, trabalho e estudo na comunidade em que o educando vive. A origem desse método data de meados do século XX, na França, e tinha como objetivo possibilitar às populações do campo o acesso ao estudo, considerando a temporalidade do plantio e da colheita, e as condições objetivas dos trabalhadores rurais.

No Brasil, as experiências das Escolas Família Agrícola (EFAs), adotaram a metodologia e posteriormente, os movimentos sociais do Campo, por meio da parceria com as universidades, sobretudo, a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) assimilaram o método, em cursos técnicos, de ensino médio, de Educação de Jovens e Adultos, de graduação, especialização *lato sensu* e pós-graduação. Um dos principais objetivos da proposta é reconhecer a dimensão do conhecimento empírico, do saber prático, construído junto à comunidade, e a teoria, construído na escola ou universidade, buscando a promoção de sínteses produtivas que reconheçam no sujeito do Campo o protagonismo no processo de produção e socialização de conhecimentos produzidos pela humanidade (Caliari *et al.*, 2002).

Como acompanhamento do Tempo Comunidade estão previstas atividades que integram as ações formativas

desenvolvidas nas comunidades, e estão organizadas em quatro eixos articulados conforme o PPC do curso: 1) Inserção Orientada na Escola (IOE); 2) Inserção Orientada na Comunidade (IOC), 3) Tempo de Estudos e 4) Seminários Territoriais de Tempo Comunidade. O curso da UnB se estrutura em equipes para acompanhamento do Tempo Comunidade nos diversos territórios em que os e as estudantes do curso vivem. Um destes territórios é o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

Compreendemos este como território, pois concordamos com o conceito utilizado por Almeida (2015) que define como o espaço apropriado por um grupo social para assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades materiais e simbólicas. Além disso, também estamos de acordo com Fernandes (2009) quando afirma que as relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade. No caso Kalunga, a territorialidade passa pela afirmação de Almeida (2015):

... a institucionalização como Sítio e como Patrimônio legitimam o poder presente e exercido naquele espaço e, sabiamente apropriado pelos Kalunga. Assim feito, há uma geometria de poder refletida espacialmente, simultaneamente, no patrimônio, no sítio; sendo estes,

também, território. (Almeida, 2015, p. 49).

O processo de construção da Educação do Campo se deu a partir da luta dos movimentos sociais e sindicais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), sobretudo, os camponeses que reivindicavam/reivindicam a realização da Reforma Agrária. Ao compreender a importância da escola no e do Campo para a formação dos sujeitos camponeses, garantindo a permanências desses no Campo, bem como assegurando seus direitos fundamentais de acesso à educação de qualidade.

O surgimento da expressão "Educação do Campo" pode ser datado. Nasceu primeiro como "Educação Básica do Campo" no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional em julho de 2004. (Caldart, 2012, p. 259).

Ao se reportar ao momento de conquista da Educação do Campo, Caldart afirma,

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje foi de partir das lutas pela transformação da

realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. (2012, p. 259).

Todavia, essa construção passa pelo processo de articulação das experiências históricas de lutas já realizadas. As escolas família agrícola, o Movimento de Educação de Base (MEB), as organizações indígenas e quilombolas, movimentos sindicais, entre outros, contribuíram significativamente para a consolidação da Educação do Campo. Nesse sentido, os mesmos trabalhadores que lutam pelo direito a terra, trabalho, território são os protagonistas na luta por uma Educação do Campo de qualidade. (Caldart, 2012).

Dito isso, cabe pontuar que a Educação do Campo, antes de ser teoria era uma prática cotidiana dos movimentos camponeses nas suas diferentes formas de educação, inclusive na luta que é um processo pedagógico. A Educação do Campo compreende o processo formativo, desde as séries, iniciais ao ensino superior de modo que contempla todo o percurso formativo do sujeito camponês. As Licenciaturas em Educação do Campo, iniciadas em 2007, são exemplos pedagógicos dessa concepção de formação do sujeito coletivo do Campo.

Nesse trabalho, descrevemos, discutimos e analisamos, principalmente, a atuação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, em Tempo Comunidade (TC) no território Kalunga a partir das experiências dos Seminários de TC realizados.

História e dinâmica organizativa do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga

O território quilombola Kalunga localizado no nordeste do estado de Goiás abrange os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre (GO), é considerado o maior quilombo do Brasil, com área de 253.000 ha (Costa, 2013). A região também é conhecida por fazer parte da Chapada dos Veadeiros.

A formação das comunidades quilombolas Kalunga remonta a história do Brasil colonial em sua fase de exploração do ouro nas terras que posteriormente foram nomeadas de Goiás. Os colonizadores, por meio do sistema de produção escravista extraíram ouro em diversos pontos dentro do estado, a região da Chapada é uma delas. De acordo com Ubirajara Galli (2006) a primeira bandeira expedida em São Paulo para fazer pesquisas minerais no território goiano ocorreu ainda no século XVII, sendo que só no século XVIII obtiveram resultados mais positivos culminando na "ocupação"

do território que já era ocupado por povos indígenas para extração de ouro.

Com o regime de produção ancorado na mão de obra escrava foram trazidos milhares de negros para o território goiano. Sob condições de escravidão os povos escravizados forjaram resistência na região Nordeste do estado de Goiás formando então o maior território quilombola do Brasil. De acordo com Clovis Moura (1993), cada quilombo tinha uma forma determinada de organização e todos tinham um objetivo comum: fugir do sistema que os escravizava. Os quilombos possuíam organização política, econômica, militar, não se tratava de um aglomerado de pessoas desorganizadas (Moura, 1993). Nesse contexto de formação dos quilombos, concordamos com a síntese de Baiocchi (2013) sobre a formação quilombola no estado de Goiás:

A entrada do africano e de seu descendente brasileiro no Estado inicia-se com as bandeiras colonizadoras e segue no movimento minerador, continuando, mais tarde, no século XIX, no movimento migratório de mineiros, baianos e outros, em busca de terras para lavoura e pastagem para o gado. A imigração inicia-se desordenadamente provocada pela descoberta do ouro no centro do Brasil. Com ela nasce o estado de Goiás, sob o símbolo do ouro e da garimpagem, sendo o africano o principal elemento, o motor dessa estrutura. Para a província goiana vieram milhares deles na condição de escravos. Chegavam nos comboios,

diretamente dos portos de Santos, de Salvador ou do Rio de Janeiro ... (Baiocchi, 2013, p. 33-34).

Segundo Costa:

Na história de Cavalcante consta que nas minas de ouro no povoado que hoje se encontra aterrado São Felix, já havia mais de 9 mil pessoas trabalhando por volta de 1722... Os negros fugitivos do litoral e do arraial de Cavalcante se escondiam nos grotões e vãos da serra do Vale do Paranã, um verdadeiro território africano com clima, fauna e flora apropriados ao povo Kalunga que ali sobreviveu escondido por mais de 190 anos sem contato com a civilização. O que sabemos é que essa área que ocupamos há mais de 300 anos, só foi reconhecida em 1991, pelo Governo do Estado de Goiás como Sítio Histórico e patrimônio cultural Kalunga, que também é parte do patrimônio histórico e cultural do Brasil. (Costa, 2013, p. 15).

Cavalcante passou anos tecendo a sua existência e sobrevivência graças a grande quantidade de ouro existente em seu solo. O minério dourado que fez com que a região fosse povoada, foi a mesma que fez com que parte da população procurasse refúgio distante das minas. Durante o auge da exploração dos recursos minerais, durante o processo de colonização, os negros escravizados, fugiam das minas, para os vãos (nome popular para os acidentes geográficos da região, categorizado pela literatura como vales). Costa (2013) aponta que:

Foi em 1722, quando Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e João da Silva Ortiz fecharam o ciclo bandeirante, com a ocupação das terras centrais – que surgiu o Estado de Goiás, em pleno ciclo do ouro e da garimpagem. Utilizados como mão de obra escrava, os negros andavam cansados da submissão e dos castigos sofridos na exploração das "Minas dos Goyazes". Muitos fugiram, escondendo-se na mata, entre serras, num local de difícil acesso. A partir daí é que deu início a formação do quilombo, no município de Cavalcante, na região conhecida como Morro do Chapéu (hoje município de Monte Alegre), formando assim o povo Kalunga nessas regiões. (Costa, 2013, p. 14).

Cavalcante, e os seus arredores carregam uma história inteiramente marcada pela luta e resistência, dos povos que habitaram e habita. Além dos povos negros escravizados, a região norte fora habitada por índios, que também foram alvos das garras dos colonizadores, sendo massacrados, tendo parte da população dizimada.

Ligada a uma história de exploração e saque dos recursos naturais, hoje Cavalcante ocupa cerca de 60% da área total do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com uma grande biodiversidade, que ainda se mantém. Mas diante de um sistema espoliativo, que perpetua, a região encontra-se defronte ao grande avanço das empresas mineradoras.

A organização dos quilombos varia de acordo com região e com o tempo histórico, ainda que existam estruturas

organizativas do passado, como as roças comunitárias, os quilombos hoje se organizam de maneira diferente. Neste sentido, relacionado aos núcleos de população e locais de habitação, recorreremos às afirmações de Brasil (2001):

Nesse território, existem quatro núcleos principais de população: a região da Contenda e do Vão do Kalunga, o Vão de Almas, o Vão do Moleque e o antigo Ribeirão dos Negros, depois rebatizado como Ribeirão dos Bois. E é assim que os moradores se identificam, quando se pergunta de onde eles são: do Vão de Almas, da Contenda, do Moleque ... Mas nem sempre eles falam só desses núcleos para dizer onde moram. Falam das pequenas localidades que existem nesses lugares maiores, porque é lá que eles de fato vivem. Falam de lugares que se chamam Riachão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'Água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Vargem Grande, Engenho, Funil, Capela e mais dezenas de outros nomes (Brasil, 2001, p. 30).

O território quilombola Kalunga, na atualidade, é gerido por meio de associações comunitárias as quais cumprem a função legal de representar as comunidades e o território frente a diversos órgãos como Estado. "O Decreto nº 4887 de 2003, em seu artigo 17, estabelece que a terra será reconhecida e registrada mediante entrega de título coletivo às comunidades, que serão representadas por

suas associações legalmente constituídas". (Bedeschi, 2008, p. 27).

Como desdobramento da exigência estabelecida no decreto acima referenciado, surgiram diversas outras associações dentro do território além das já existentes: Associação Povo da Terra (atualmente desativada) e Associação Quilombo Kalunga (AQK), hoje a principal associação do território, também conhecida como associação mãe, seja por comunidade, município ou pautas específicas como a Associação de Mulheres Quilombolas.

Com a entrada em crescimento exponencial dos estudantes quilombolas Kalunga na LEdoC da UnB, surgiu o debate sobre a necessidade de criação de uma associação específica, inspirada nos Comitês de Educação do Campo existentes em alguns municípios de Mato Grosso, em regiões com forte densidade de assentamentos da reforma agrária.

Dessa forma, iniciaram a discussão para a criação de um comitê de educação do campo no território, mas devido as demandas e o aumento de estudantes que ingressaram no curso entre 2009 e 2010, perceberam que o comitê de pesquisa seria uma organização pequena, então decidiram criar a Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais Educação, Povo, Terra, Campo

(Epotecampo) representando os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre.

A Epotecampo foi instituída como associação civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, fundada em dois mil e doze. Dentre os principais objetivos da associação estão: proporcionar uma ampla integração, união, e companheirismo recíproco entre os educandos e educadores e comunidades associados; promover, participar e organizar ações de cunho cultural e social, sendo o superávit revertido em benefício dos estudantes, educadores e associados em geral; congregar e coordenar todos os associados, imprimindo unidade à sua ação, no sentido da solução dos problemas comuns; administrar os bens e patrimônio da associação com o objetivo de facilitar o uso desta por parte dos associados, educandos e educadores do Território Kalunga, Comunidades rurais, e pessoas vinculadas a essas comunidades; estabelecer convênios com os governos, municipais, estaduais, federal, instituições pública, privada, nacionais e internacionais, a fim de buscar benefícios em prol do fortalecimento e desenvolvimento econômico, social cultural; fiscalizar todos recursos destinados ao Território e as comunidades rurais; promover, apoiar, programar,

acompanhar, fiscalizar e avaliar ações e obras dos governo federal, estadual, e municipal, de organizações privadas e da sociedade civil na área de sua jurisdição; analisar, participar e elaborar projetos educacional, ambiental, e cultural direcionados ao Território Kalunga e as comunidades rurais; representar os educandos, educadores e moradores perante as instituições de ensino; apresentar junto as Câmaras Municipais de Vereadores, projetos de leis com base nos interesses da coletividade; proporcionar um espaço de interação, debate, discussão e participação coletiva entre os associados instituições e membros das comunidades; acompanhar fiscalizar e avaliar projetos desenvolvidos no território Kalunga e nas comunidades rurais dentro dos municípios.

A Epotecampo é hoje, no Território Kalunga e nas comunidades rurais, um instrumento de formação política e cultural. Por meio dela é possível construir junto às escolas e comunidades, debates sobre a conjuntura política e outros temas

relevantes para os alunos e as comunidades, através de seminários, peças teatrais, apresentações de documentários seguidos de debates, fortalecendo a relação com o território.

A maior presença de estudantes quilombolas nas universidades e institutos federais de ensino superior brasileiro fez com que a angústia que muitos manifestavam a respeito da condição que pesquisadores colocarem as famílias e comunidades como objeto de pesquisa fosse contestada a partir da posição dos estudantes-pesquisadores, cientes que passavam a ser produtores de conhecimento acadêmico, em sintonia com a condição de mantenedores e produtores de conhecimentos tradicionais em diversas áreas, como na produção agroecológica, cultura, saúde, religiosidades, etc. Essa condição de produtores de conhecimento pode ser constatada na relação de títulos de monografias defendidas por estudantes quilombolas da LEdoC (tabela 1).

Tabela 1 – Monografias defendidas por estudantes quilombolas na Licenciatura em Educação do Campo.

Autoria	Turma	Defesa	Título	Orientação
Alexandrina Ferreira da Silva	3	2013.2	A Voz ativa á Luz do Funcionalismo em Textos do Gênero notícia produzidos por Educandos	Roberta Rocha Ribeiroe Ana

			Kalunga do 7º Ano da Escola Santo Antônio/Extensão do Colégio Estadual Elias Jorge Cheim do Vão de Almas-GO	Cristina de Araujo
Ana Lina dos Santos Silva	5	2015.2	Variações Linguísticas da Comunidade Tinguizal Município de Monte Alegre de Goiás	Rosineide Magalhães e Ana Cristina de Araujo
Ana Paula Lopes de Almeida	6	2016.2	As Práticas de Letramento na Escola Municipal Tinguizal Extensão Kalunga II: um estudo de caso etnográfico	Rosineide Magalhães e Ana Cristina de Araujo
Cássia Pereira Marinho	5	2015.2	Saberese Fazeres das Parteiros Kalunga de Diadema e Ribeirão dos Bois, Teresina – GO	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Cátia Regina Rosa Fernandes	5	2015.2	A Licenciatura em Educação do Campo e a Formação do Professor de Língua Portuguesa	Professora Eliene Novaes Rocha
Cristiane do Nascimento Borges da Costa	5	2015.2	O Conhecimento Tradicional das Parteiros: Um Estudo na Comunidade Kalunga EMA, Teresina – Go	Lívia Penna Firme Rodrigues
Cleonice Cesário de Torres	2	2014.2	Análise Linguística das plantas medicinais utilizadas na Comunidade Kalunga Engenho II - Município de Cavalcante- GO	Djiby Mané
DiraniceCesario dos Santos	5	2015.2	Tradição, Memória e Identidade das Parteiros Quilombolas Kalunga de Engenho II: Um estudo no contexto da Educação do Campo	Severina Alves de Almeida
Dirany Nunes do Prado	5	2016.2	As variações Linguísticas no Ensino de Português no 9º Ano do Colégio Estadual Irary Nunes do Prado Comunidade Prata Monte Alegre Go: um Estudo de Caso	Severina Alves de Almeida
Dulcimar Carvalho dos Santos	5	2015.2	Letramento e Alfabetização na Educação Infantil das crianças quilombolas: Um estudo exploratório na Escola do Campo Maiadinha Comunidade Kalunga Vão do Moleque	Severina Alves de Almeida
Elizangela Santana dos Santos	6	2016.2	O lugar de Graciliano Ramos na formação de uma literatura realista: análise do conto "Um Ladrão"	Bernard Herman Hess
Eriene dos Santos Rosa	5	2016.1	Estudo para o Planejamento da Criação de um Centro de Documentação e Memória na Escola da Comunidade Kalunga Engenho II	Jair Reck
Erildo Fernandes de Souza	5	2015.2	Gênero Discursivo Folia de Reis, revelando culturas e identidades na Comunidade Kalunga Vão de Almas	Rosineide Magalhães de Sousa
Erotildes dos Santos Rosa	4	2014.2	Os costumes e as Tradições da Comunidade Vão de Almas Cavalcante- Go	Rosineide Magalhães de Sousa
Esterina Pereira Dias	5	2015.2	Análise das Variações Linguísticas na Comunidade Kalunga Vão de Almas	Djiby Mané
Genildo Fernandes Gonçalves	5	2015.2	Variações Linguística da Comunidade Kalunga Vão de Almas: Um Estudo no Contexto da Fazenda Coco	Rosineide Magalhães e Severina de Almeida
Halanna Ferreira da Silva	5	2015.2	Abuso Sexual de Meninas Kalunga	Joelma Rodrigues da Silva
João Francisco Maia	3	2014.2	História e Memória da Comunidade Kalunga Engenho II	Elisângela Nunes Pereira
Josina Pereira da Silva	3	2014.2	As fábulas Kalunga na Comunidade Vão de Alma: um estudo de caso na Escola Dona Joana Pereira das Virgens	Rosineide Magalhães de Sousa
Lerecy dos Santos Rosa	5	2015.2	Análise do Processo de Alfabetização de Crianças na Comunidade Kalunga Engenho II	Djiby Mané
Lorrani dias dos Santos	3	2014.2	Arte como mediação pedagógica na formação da consciência étnico-racial	Rafael Litvin Villas Bôas

Lourdes Fernandes Souza	3	2014.2	Letramento e história de vida: as memórias de Procópio dos Santos Rosa da comunidade Kalunga –Riachão Monte Alegre – GO	Rosineide Magalhães de Sousa
Luana dos Santos Rosa	5	2015.2	Rezas e Benzimentos na Visão de jovens da Comunidade Kalunga do Engenho II	Jair Reck
Luciana Ferreira da Silva	4	2016.2	O Analfabetismo e suas principais consequências na vida do Sujeito do Campo: Um estudo na Comunidade Beira do Sucuri	João Batista de Queiroz
Lurdes Edeltrudes da Silva	5	2015.2	Evasão Escolar entre as Jovens Kalungas de Diadema, Teresina - GO: Possibilidades de superação	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Maria Aparecida Paulino dos Santos	5	2015.2	O Conhecimento Tradicional das Plantas Medicinais e a Escola do Campo no Engenho II, Cavalcante – GO	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Maria Divina Farias dos Santos	5	2015.2	Mitos e Lendas na Comunidade Diadema, Teresina - GO: Apontamentos para o trabalho na Escola do Campo em Língua Portuguesa do 2º Ano	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Maria Helena Serafim Rodrigues	6	2016.2	Oralidade e Letramento em uma Perspectiva de Inclusão Social do Povo Kalunga	Rosineide Magalhães de Sousa
Maria Lucia Jose de Sousa	4	2014.2	Práticas culturais nas comunidades diadema e ribeirão dos bois	Eliene Novaes Rocha
Maria Nilza Pereira Noletto	5	2015.2	O Fortalecimento Cultural e Religioso da Festa de São João em Cavalcante – GO	Djiby Mané
Maria Pereira dos Santos	5	2015.2	O Envolvimento dos Pais na vida Escolar dos Filhos: Um Estudo no Contexto da Escola Santo Antônio do Vão de Almas – GO	Roberta Rocha Ribeiro e Ana Cristina de Araujo
Niecia Pereira dos Santos	5	2015.2	Memórias de Parteiras Kalungas na Escola do Campo do Vão de Almas, Cavalcante – GO	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Nilça Fernandes Maia	3	2013.2	Romaria de São Gonçalo: Festa e tradição na comunidade Vão do Moleque, Cavalcante – GO	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Raquel Costa Oliveira	5	2016.2	Pesquisa-Ação e os Gêneros Textuais para Desenvolvimento da Leitura e Escrita	Rosineide Magalhães de Sousa
Reinaldo dos Anjos Sousa	2	2013.1	Gêneros textuais e ensino: práticas de letramento empregadas no ensino de língua portuguesa pelos professores da Escola Nossa Senhora Aparecida (Comunidade Kalunga do Prata - Município de Cavalcante - GO)	Rosineide Magalhães de Sousa
Renivan José de Torres	5	2015.2	Educação do Campo e Educação Quilombola: Cultura e Saberes tradicionais na Comunidade Kalunga Vão do Moleque	Severina Alves de Almeida
Romes dos Santos Rosa	5	2015.2	A produção agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas: um estudo de caso	Severina Alves de Almeida
Sideni Cesário de Torres	4	2014.2	Documentários no território Kalunga: análise dos filmes Entre vãos e Império e suas raízes	Felipe Canova Gonçalves
Adao Fernandes da Cunha	5	2015.2	Sustentabilidade Ambiental na Comunidade Kalunga Vão de Almas: Uma pesquisa na perspectiva ecolinguística	Rosineide Magalhães e Ana Cristina de Araújo
Aneli Soares da Silva	3	2013.2	Uso das plantas medicinais do cerrado na Comunidade Kalunga, Ribeirão dos Bois, Teresina – GO	Regina Coelly Saraiva
Celuta dos Santos Rosa Moreira	5	2015.2	Rezas e benzedeadas: contribuições dos saberes tradicionais Kalunga para a educação do campo	Severina Alves de Almeida
Dinolau da Silva Rosa	4	2014.2	O saber popular da Comunidade Kalunga Saco Grande sobre os usos de plantas medicinais	Jair Reck
Erivelton Diogo Carneiro	6	2016.2	Saber -Fazer a Farinha de Mandioca Kalunga no Vão de Almas e a Escola do Campo	Regina Coelly Fernandes Saraiva

Hérika Barbosa Nascimento	6	2017.1	<u>Inclusão de educandos de comunidades quilombolas em uma escola urbana: situação e desafios</u>	Eliene Novaes Rocha
Iron Moreira Dias	5	2015.2	Uma proposta de roteiros experimentais para o ensino de química na 1ª série do ensino médio em uma escola de educação do campo	Priscilla Coppola de Souza Rodrigues
Joelice Francisco Maia	3	2013.2	Densidade de indivíduos de <i>Xylopiaromatica</i> (pimenta de macaco) em uma área da comunidade Kalunga Engenho II, Cavalcante, Goiás	Tamiel Khan Baiocchi Jacobson
Lucinéia José de Souza	5	2015.2	A investigação do conhecimento e uso de plantas medicinais na região do Distrito Prata, município de Monte Alegre de Goiás - GO.	Priscilla Coppola
Maria da Silva Santos	5	2015.2	Plantas Mediciniais: Saberes e Usos na Escola do Campo da Comunidade Tinguizal, Monte Alegre -GO	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Nuria Renata Alves Nascimento	2	2013.1	Memórias da prática pedagógica: autobiografia de uma educadora em formação	Eliete Ávila Wolff
Rosilda Alves Coutinho	5	2015.2	Mitos e Lendas e as Possibilidades do Trabalho Interdisciplinar na Escola da Comunidade São José	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Valdir Fernandes da Cunha	5	2015.2	Jogos no Ensino de Química para a Educação do Campo: Projeto de um bingo para abordar a tabela periódica.	Priscilla Coppola
Vanessa da Silva Malta	5	2015.2	A experimentação do ensino de química para a Educação do Campo	Priscilla Coppola
Vilmar Souza Costa	2	2013.2	A luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga	LuisAntonioPasquetti
Wanderleia Santos Rosa	3	2013.2	Rezas, Rezadeiras e Juventude na Comunidade Vão de Almas, Cavalcante -GO	Regina Coelly Fernandes Saraiva
Ludmila dos Santos Aguiar	2	2014.1	Introdução dos saberes culturais como novas ferramentas de ensino na escola da Comunidade Kalunga Engenho II	Dibjy Mané
Edineia Gonçalves de Brito	6	2016.2	Letramento e inclusão social: ações educacionais no Ensino Médio do Colégio estadual Elias Jorge Cheim - Cavalcante - GO	Professora Rosineide Magalhães
Maria Lúcia Martins Gudinho	6	2017.2	A folia de São Sebastião no Povoado São José em Cavalcante-Goiás: uma experiência em Letramentos Múltiplos	Rosineide Magalhães e Felipe Canova
Reinaldo dos Santos Rosa	6		Uso de recursos alternativos em experimentos de Química, na 1ª série do ensino médio, em uma escola da comunidade Vão de Almas.	Priscila Copolla
Danilo Antonio Ferreira	6		Agricultura familiar na comunidade Vão do Moleque com ênfase na soberania alimentar	Jair Reck
Eva Santana Alves Borges	8	2018.2	A influência do trabalho na escolaridade da mulher negra no município de Cavalcante - Goiás.	Joelma Rodrigues da Silva
Luan Ramos Gouveia	8	2018.2	Desafios organizativos da resistência quilombola	Rafael Litvin Villas Bôas
Cassiana Rosa dos Santos	8	2018.2	Teatro e questão racial: experiência em construção com o coletivo vozes do sertão lutando por transformação	Rafael Litvin Villas Bôas
Raiane Gonçalves dos Santos	8	2018.2	Teatro político como luta emancipatória das comunidades tradicionais	Rafael Litvin Villas Bôas

Merquides Francisco Maia	2018.2 8	História e Memória: a preservação das sementes crioulas (ou sementes daqui) no território Kalunga (na Comunidade Kalunga Engenho II) – Cavalcante – GO	Luis Pasquetti	Antonio
-----------------------------	-------------	--	-------------------	---------

Fonte: Arquivo Epotecampo.¹¹

Esse processo de protagonismo na produção de conhecimento e os intercâmbios realizados entre organizações quilombolas e movimentos sociais camponeses teve, até o momento, saldo bastante positivo no território na medida em que foram criadas novas estruturas organizativas, como a Epotecampo, e os grupos de teatro formados por estudantes e integrantes das comunidades quilombolas.

Por ser um território privilegiado na concepção de Baiocchi (2013), no que tange a riqueza de bens naturais, o território está colocado em disputa pelo modo de produção capitalista. De acordo com Gouveia (2018), o território é alvo de ofensivas oriundas de fazendeiros, grileiros, agronegócio, empresas de mineração sob o interesse de apropriação das riquezas naturais. A realidade de enfrentamentos das organizações comunitárias com empresas de mineração, fazendeiros, entre outros, pela defesa do território é histórica e compreende, desde o surgimento do quilombo, aos dias de hoje. Na atualidade, o enfrentamento ao capital que disputa o território é feito pelos grupos organizativos comunitários como as associações comunitárias destacando a Associação Quilombo Kalunga (AQK); os

grupos de teatro Arte Kalunga MATEC e Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT); as associações; e de maneira ainda tímida o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

As universidades federais de Brasília (UnB), Goiás (UFG) e Tocantins (UFT) têm formado estudantes quilombolas que, em alguma medida, dão retorno às comunidades ao contribuir nos processos organizativos. Cabe frisar o papel do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que tem formado com método interdisciplinar professores, gestores escolares e gestores comunitários na medida em que a habilitação do curso, além de compreender a formação por área de habilitação, habilita em gestão de processos pedagógicos.

Os partidos políticos são forças expressivas dentro dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. Entretanto, não são forças mobilizadoras, reúnem seus membros e agitam os ânimos em períodos eleitorais causando a fragmentação nas comunidades e entre as lideranças. O principal partido nos municípios de Cavalcante e Teresina é o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) que, com frequência tem a figura

dos prefeitos como principais representantes dos mesmos. Já em Monte Alegre o Partido Republicano (PR) é o partido de expressão.

Há grande potencial para que os grupos organizados dentro do território estabeleçam relação mais integrada, isto é, qualifiquem a articulação entre associações, grupos de teatro e movimentos sociais. De acordo com os depoimentos coletados, um dos limites a serem superados é a característica não mobilizadora das associações, ou seja, há espaço para que a população se faça presente dentro dessas organizações, que interligam as comunidades e os municípios, dentro de uma linha política comum respeitando as demandas e pautas específicas de cada comunidade.

A forma de organização associativista, ao mesmo tempo que garante a interlocução de todas as comunidades, por meio do levantamento e encaminhamento das demandas objetivas, dificulta formas mais horizontais de participação popular, por conta da dinâmica regimental de organização presidencialista, que acaba por personificar na figura dos representantes a interlocução das questões.

Analisando as entrevistas em seu trabalho de monografia Gouveia (2018) sistematiza as colocações feitas pelos

entrevistados relacionadas aos limites que as associações enfrentam para se unificar, traçar uma linha política comum e uma articulação mais engajada entre elas. Ainda trata da característica pouco mobilizadora que tem a estrutura de uma associação. Com relação a estrutura das associações, Gouveia escreveu de acordo com a fala de Rosiene, quilombola e mestranda em Turismo pela Universidade de Brasília (UnB):

Todavia, essa é uma questão central, Rosiene ao ser questionada, argumenta que a estrutura de associação delimita a participação da comunidade, cabendo apenas a participação dos representantes. À medida que cada comunidade passa a ter uma associação específica instaura-se um instrumento representativo desse determinado grupo. Se essa associação não está alinhada com as demais do território fica estabelecida uma divisão. (Gouveia, 2018, p. 118).

Por outro lado, as associações exercem funções estratégicas como a implementação de projetos que visam melhorar a qualidade de vida das famílias quilombolas. A luta pelo território é outra frente que as associações, sobretudo, a AQK, responsável por representar todo o território, lida diariamente enfrentando as ameaças dentro do território e fazendo a luta jurídica, que tem avançado no processo de demarcação das terras quilombolas: atualmente cerca da metade

do território de 256 mil hectares já foi demarcada.

O Tempo Comunidade da Ledoc no Território Kalunga

O acompanhamento, por parte de professores e estudantes do curso, do território Kalunga que engloba os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre constantemente exige o enfrentamento de situações diversas. A exemplo de Cavalcante, que possui em escala local, os elementos estruturais da desigualdade brasileira, como racismo, concentração de renda e violência de gênero por exemplo. Apesar de ser um território rico em minérios, em recursos hídricos, em fauna e flora, tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) dos municípios brasileiros (0,584, em 2010). Apesar de ser a cidade que abriga em seu distrito a maior parte dos 254 mil hectares do quilombo Kalunga, o maior do Brasil, isso não se reverte em presença efetiva de quilombolas nos postos políticos e na consciência racial da maioria da população.

Todavia, essa é uma realidade que está sendo modificada de forma acelerada: no final de 2018 a cidade abrigou o primeiro encontro de estudantes universitários quilombolas, as associações

comunitárias estão em nível crescente de organização e participação, a presença dos grupos comunitários de teatro, audiovisual e manifestações de cultura tradicional Kalunga têm aumentado, e cresce em escala exponencial a quantidade de professores quilombolas Kalunga formados nos cursos da UnB, UFG, UFT, do IFG e da UEG. O poder público municipal, reconhecendo essa dinâmica crescente, mantém aberto o polo da Universidade Aberta do Brasil para receber os cursos e seminários promovidos pelas universidades, o que amplia em muito as possibilidades de formação e realização de atividades diretas com as comunidades, articulando as dimensões do ensino, pesquisa e extensão no território.

Diante do entendimento e da importância da vivência de Tempo Comunidade, a UnB, por meio do curso de Licenciatura em Educação do Campo tem realizado uma série de seminários de Tempo Comunidade, desde 2009, envolvendo os estudantes da região que estudam no curso, e também o conjunto das comunidades quilombolas em que vivem os estudantes.

Em 2014, por exemplo, o seminário de Tempo Comunidade foi realizado na Comunidade Diadema, no município de Teresina de Goiás/GO. Foi o 1º Encontro de Pesquisa do Território Kalunga e

Comunidades Rurais, resultado de uma articulação ampla e participativa entre a Universidade de Brasília (UnB) – representada pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), pelo PIBID Diversidade/UnB, pelo Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural (CTEC), pelo Curso de Especialização Residência Agrária da Faculdade UnB Planaltina, pelo Grupo de Pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, a EPOTECAMPO e a Associação Quilombo Kalunga (AQK). O Encontro contou com o apoio e parceria da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea/Incra/MDA).

O evento envolveu reunião de pesquisadores/as, estudantes, professores/as e militantes que atuam e/ou pesquisam questões relacionadas ao Território Quilombola do povo Kalunga e Comunidades Rurais próximas, para apresentação e debate sobre suas pesquisas com objetivo de fortalecer os vínculos de trabalho, de colaboração acadêmica e social entre a Epotecampo e universidades que desenvolvam ações de ensino,

pesquisa e extensão relacionadas ao Território Quilombola dos Kalunga e Comunidades Rurais próximas; construir uma agenda de pesquisa condizente com as demandas apresentadas pelas comunidades do território Kalunga e comunidades rurais, por meio de suas organizações – a Epotecampo e a Associação Quilombo Kalunga; articular os projetos de pesquisa existentes nas universidades que atuam no território Kalunga (UnB, UFG, UFT, UEG, entre outras); aprofundar o papel dos estudantes e pesquisadores/as quilombolas como sujeitos da construção do conhecimento sobre sua história e seu território.

O evento reuniu aproximadamente setenta pessoas e contou com a apresentação de quatorze comunicações orais, distribuídas em quatro grandes eixos temáticos: Educação e Infraestrutura; Comunicação e Linguagem; Cultura, Memória, Gênero e Questão Racial; Meio Ambiente e Saúde. O trabalho coletivo esteve articulado em todos os momentos. Um dia antes do final do evento foi realizada uma reunião ampliada, com a participação de mais de vinte pessoas, entre educadores/as, educandos/as, líderes comunitários/as, pesquisadores/as e militantes, para elaboração do relatório preliminar contendo proposta de sistematização dos subsídios e

contribuições dos grupos de trabalho, bem como propostas para a construção de uma agenda de pesquisa de interesse e demanda do Território Kalunga e comunidades rurais. No último dia, tal documento foi apresentado, na íntegra, em plenária. Após a leitura de cada item, abriu-se espaço para os participantes discutirem e proporem sugestões ao texto. A proposta da Agenda de Pesquisa revela os temas debatidos e aprofundados durante o 1º Encontro de Pesquisa do Território Kalunga e comunidades rurais. Trata-se de um valioso material, desenvolvido coletivamente, que visa contribuir para o estímulo e fortalecimento da formação de pesquisadores camponeses e quilombolas, bem como auxiliar o trabalho de educadoras e educadores, estudantes, militantes e demais pesquisadoras/es comprometidos/as com a construção responsável, transparente e democrática do conhecimento.

Em fevereiro de 2017, o seminário aconteceu na Casa Kalunga, cidade de Cavalcante (GO), em parceria com a EPOTECAMPO, a Associação Quilombo Kalunga (AQK), Associação Kalunga de Cavalcante (AKC), Associação Kalunga da Comunidade Engenho II (AKCE), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Núcleo Territorial

Kalunga do Projeto Residência Agrária Jovem (RAJ).

O evento reuniu estudantes, professores/as e militantes que atuam no Território Kalunga, debate de temas demandados no território em mesas com especialistas convidados; aprofundamento dos debates realizados em sala de aula e realização de oficinas temáticas por áreas do conhecimento. Com aproximadamente sessenta pessoas participantes, o seminário contou com a apresentação de três mesas temáticas: a primeira, na abertura do evento, trouxe o debate da Auditoria Cidadã da Dívida e organização comunitária, a segunda sobre feminismo e questão racial/quilombola e a terceira sobre a questão mineral no Brasil e nos arredores do território.

Sempre integradas às atividades culturais, a programação envolveu encontro com as associações locais parceiras e oficinas por área do conhecimento. As oficinas ocorreram simultaneamente e, no caso das linguagens, os/as estudantes foram separados em dois grupos: Literatura e Teatro/Audiovisual, na área de Ciências da Natureza e Matemática, a atividade foi integrada e todos/as os/as estudantes dessa habilitação estiveram juntos.

O grupo da Literatura se manteve na Casa Kalunga juntamente com os jovens

do RAJ, e fez atividades de aula e roda de leitura; no Teatro, fizeram oficina, ensaio e construção das cenas de Teatro Fórum sobre violência doméstica, que foram apresentadas na noite cultural. O grupo da área de Ciências da Natureza e Matemática, saiu a campo para aplicar os conceitos de física, química, matemática e geociências em dois principais pontos: o primeiro ao longo do córrego (Lavapés) próximo ao centro da cidade e o segundo na mineradora de ouro que funcionou durante muitos anos no centro da cidade.

Realizado em parceria com a AQK, AKC, Epotecampo e MAM e o RAJ, o seminário é o resultado de um diálogo permanente e horizontal da Ledoc/UnB com as organizações populares: as demandas das comunidades e territórios não são apenas objetos de pesquisa da universidade, nem temas de aula nas salas de aula do campus de Planaltina, são problemas concretos que demandam reflexão sobre quais estratégias e táticas devem ser mobilizadas para enfrentá-los.

Segundo depoimentos de lideranças das associações, naquele seminário, o território quilombola Kalunga é ameaçado atualmente por três frentes: o agronegócio, que tem drenado as águas dos rios que cortam o quilombo, secando alguns deles, causando graves dificuldades de sobrevivência e cultivo às comunidades

afetadas; o hidronegócio, com a ameaça de construção de uma Hidrelétrica de Pequeno Porte (PCH) cujas negociações ocorrem sem o conhecimento da comunidade Kalunga sobre as consequências danosas ao meio ambiente, e ao andamento do processo junto aos órgãos licenciadores e agências reguladoras. Mais de cento e vinte famílias terão que ser removidas caso vá adiante à iniciativa; na mineração, pesquisas atestam o mapeamento do subsolo da região, que motiva o retorno de empresas mineradoras de pequeno, médio e grande porte. Da parte de lideranças locais, há desconhecimento sobre as consequências destrutivas da mineração explorada de forma mercantil e inconsequente, e o discurso de que esse modo de produção traz empregos e renda para a cidade é sedutor para políticos locais e pode ser utilizado de forma estrutural contra aqueles que questionam o retorno das empresas mineradoras à região, prática comum das estratégias de dominação do capital.

Esse seminário teve, em três dos quatro turnos de atividade, a apresentação de cenas e peças teatrais, por meio de três coletivos distintos: o grupo local Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT) formado por estudantes da Ledoc que moram em Cavalcante e Teresina, apresentando uma peça sobre a forma

como as mineradoras se aproximam e as táticas de sedução e cooptação de representantes locais e das comunidades; um elenco formado por estudantes da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular (ETPVP) do Distrito Federal com uma cena de Teatro Fórum sobre o tema do racismo e o Coletivo Fuzuê formado por estudantes e professores da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) que apresentou uma peça resultante de uma pesquisa teórica e cênica sobre a escravidão e a relação com o racismo contemporâneo, abordando, em chave crítica, o discurso da meritocracia contrário às ações afirmativas à afrodescendentes que tem permitido a entrada de maior quantidade de negros e negras nas universidades públicas brasileiras. Nos três casos, a produção teatral esteve diretamente conectada aos problemas debatidos no seminário, não apenas ilustrando-os, mas investigando as articulações complexas entre cultura e política, os mecanismos de dominação, a dinâmica de naturalização da opressão e exploração.

Em 2018, o seminário de Tempo Comunidade foi organizado pela Ledoc da UnB, pelos Programas de Extensão Território Kalunga e Terra em Cena, e pelas associações Epotecampo, AQK e AKC. Participaram como convidados:

Grupo Cenas Camponesas da UFPI, Escola de Teatro Político e Vídeo Popular (ETPVP), Decanato de Extensão da UnB e Associação Docente da Universidade de Brasília (ADUnB), coordenação de extensão do Instituto de Relações Internacionais da UnB (IREL-UnB), Cia Burlesca, Licenciatura em Educação do Campo da UFG e UFT; Projeto de extensão Escolas nas Estrelas e o Observatório Sismológico (IG-UnB).

O evento teve como objetivos: retomar as articulações e encaminhamentos do 1º Encontro de Pesquisa do Território Kalunga e Comunidades Rurais; socializar pesquisas realizadas e em andamentos de acordo com cinco eixos temáticos (Sociedade, ambiente e ensino de ciências; Cultura e Comunicação; Resistência e Organização Social; Gênero e Questão Racial); consolidar a agenda de pesquisa do território Kalunga e o comitê de pesquisa; socializar a produção cultural das linguagens teatral e audiovisual dos estudantes da Ledoce dos grupos das comunidades; fortalecer a relação com as escolas do Campo e Quilombolas do território garantindo a participação de representantes da comunidade escolar.

O seminário teve várias apresentações de cenas, peças teatrais, e audiovisuais por meio de quatro coletivos distintos: o grupo local Vozes do Sertão

Lutando por Transformação (VSLT), apresentando uma peça sobre a mineração; outro grupo local, formado por jovens da comunidade Engenho II, Arte Kalunga Matec que apresentou uma peça sobre a história da formação do povo Kalunga e a luta dos antepassados em busca de liberdade; o Grupo Cenas Camponesas formado por estudantes e professores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) que apresentou uma peça abordando o tema da grilagem digital de terras, uma das principais novas estratégias do agronegócio para expulsão dos camponeses das terras e a Cia Burlesca, com a peça “O longe” que parte do conto “Safári Definitivo” de Nadine Gordimer. Nele a parte sobrevivente de uma família moçambicana tem sua fuga para um campo de refugiados narrada pela perspectiva de duas meninas. A Cia Burlesca coloca em pauta com esse trabalho as diásporas negras, o impacto da migração forçada sobre as famílias, e comove ao mostrar pelo ponto de vista de duas personagens femininas e crianças a capacidade de resistência por meio da fabulação, da imaginação.

Dentre os principais desafios em relação ao trabalho com as escolas, está a dificuldade de conseguir reunir representantes das escolas nesses seminários, devido à distância das escolas,

dificuldade de compatibilidade de horário, entre diversos outros motivos. A mesa de abertura abordou o tema dos avanços e desafios do trabalho nas escolas quilombolas: socialização de experiências.

Dando sequência ao ciclo de seminários de TC, entre 21 a 24 de fevereiro de 2019 ocorreu mais um seminário em parceria com as associações quilombolas do território Kalunga – Epotecampo, Associação Quilombo Kalunga (AQK) e Associação Kalunga de Cavalcante. Pela segunda vez o seminário é o resultado de dois cursos em alternância, a Ledoc e a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Distrito Federal (ETPVP-DF).

Na mesa de análise de conjuntura, o diretor do campus de Planaltina da UnB, professor Dr. Marcelo Bizerril, refletiu sobre as potencialidades da alternância para democratização do acesso ao ensino superior: “As universidades têm tentado atuar no desenvolvimento local de diversas regiões do país, mas penso que são os novos campi que mais têm contribuído em ampliar as ramificações e inserções das universidades nas comunidades. No nosso caso, a alternância cria a condição da presença dos sujeitos das comunidades dentro da universidade, e amplia o impacto da ação da universidade nos territórios, no desenvolvimento local e humano”.

A mesa de análise de conjuntura contou também com a presença de lideranças comunitárias de associações quilombolas, muitas delas professoras e professores formados na Licenciatura em Educação do Campo da UnB, como Maria Lucia Gudinho, presidente atual da Epotecampo, que relatou a ampliação da organização social no quilombo a partir das parcerias com as universidades e informou a intenção de construção de uma Escola Popular no Território Kalunga, que possa sistematizar as demandas e articular as parcerias com as diversas universidades e institutos para que as equipes de pesquisa e extensão possam desenvolver projetos com as comunidades quilombolas Kalunga visando à preservação ambiental, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da organização social e cultural do território.

Por decisão dos integrantes dos grupos de teatro, avaliamos que seria interessante realizar as apresentações teatrais em espaços abertos da cidade, e não mais no mesmo local em que estaria ocorrendo o seminário, as oficinas e os laboratórios. Desse modo, as peças do Coletivo Fuzuê foram realizadas na praça do Fórum (Experimento Confere) e na Feira do agricultor (Experimento Fuzuê), e a peça do Coletivo quilombola Vozes do Sertão Lutando por Transformação

(VSLT) foi apresentada na praça Primavera, no bairro da Vila.

Segundo Raiane Gonçalves – formada na oitava turma da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, a turma Ganga Zumba, integrante do coletivo VSLT e autora da monografia de conclusão de curso “Teatro político como luta emancipatória das comunidades tradicionais” – o público da cidade elogiou as três peças e várias pessoas começaram a procurar o VSLT interessadas em participar do grupo. Há depoimentos de pessoas que alegaram ter mudado de opinião a respeito da mineração após terem assistido à peça “Se há tanta riqueza por que somos pobres?”, conta Raiane.

No último dia da atividade foi realizada uma visita guiada em áreas de mineração que ocorrem na região. A visita teve início em frente à mineração Penery, mineradora de ouro (hoje desativada), que pertence a essa empresa desde 1998. Porém, o histórico de mineração da área remonta a 1740 quando se inicia a extração artesanal de ouro na região.

A partir de 1970, a área começa a ser explorada como garimpo subterrâneo e na década de 1980, empresas privadas passam a controlar a área a partir da concessão de lavra e as galerias se aprofundam até 70 metros (Machado, 2008). O minério de ouro da mina, Buraco do Ouro, nome que a

área é conhecida, segundo Machado (2008) está associado à mineralização de prata e de elementos do grupo da platina (utilizado, principalmente, na indústria automotiva, indústria química/petroquímica, indústria joalheira, indústria do vidro, indústria de materiais odontológicos e materiais medicinais). Foi na mina Buraco do Ouro que um grupo de pesquisadores do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (Botelho *et al.*, 2006) identificou um mineral de ocorrência única no mundo, que recebeu o nome de Kalungaíta.

Durante a visita, foi abordado o histórico da mina, foram apresentados os principais processos que ocorrem no espaço da mineração (da extração ao beneficiamento) e a exposição dos riscos e impactos que a cidade de Cavalcante está sujeita. Também visitamos a área de estocagem e britagem do minério de manganês, explorado em áreas da mina em operação localizada em região vizinha ao território quilombola Kalunga, utilizando-se das estradas que ligam a cidade a algumas comunidades do território, degradando a estrada, como foi possível presenciar no caminho para a comunidade Engenho II.

Ao final da visita, o grupo visitou a comunidade Engenho II, conheceu a cachoeira da Capivara e assistiu a uma

breve apresentação da comunidade, da escola e das atividades de turismo que os moradores gerenciam na região do quilombo.

Considerações finais

As ações de Tempo Comunidade realizadas há uma década de forma frequente na região do Território Kalunga têm logrado às comunidades uma série de avanços no fortalecimento do processo de educação, formação e organização social da população rural e quilombola da região.

Esse fator pode ser constatado, por exemplo, pelo posicionamento de estudantes egressos da Ledoc da UnB em cargos de presidência, vice-presidência e secretaria geral das principais organizações do território. Atualmente, a AQK, a AKC e a Epotecampo têm nas presidências egressos do curso da UnB. Isso implica, também, na ampliação da participação da juventude em processos decisórios das comunidades. Outro fator associado à ampliação da participação de pessoas mais jovens é a maior quantidade de mulheres assumindo cargos de comando nas organizações populares, fator que é concomitante ao debate frequente realizado em diversas disciplinas da Licenciatura em Educação do Campo sobre a dinâmica do patriarcado na sociedade brasileira e suas consequências, bem como o estudo da

história, métodos e pautas dos movimentos feministas.

Os grupos de teatro têm exercido funções formativas e organizativas nas comunidades. As metodologias que os grupos têm adotado prezam por: informar, formar, organizar e articular. Ou seja, são grupos de força cultural e política que exercem alguma influência sobre as questões da comunidade, tendo em vista que os temas abordados em cena são extraídos da realidade concreta das comunidades. Como é o caso da peça "Se há tantas riquezas por que somos pobres?" que discute os impactos socioambientais do processo de mineração dentro do território quilombola.

No âmbito da atuação em Tempo Comunidade da Licenciatura em Educação do Campo, o debate da mineração tem sido muito presente em diversos aspectos, desde o viés da informação e discussão sobre as vantagens e desvantagens da atividade junto à comunidade, até fins didáticos de abordagem de ciências da natureza. Especialmente em dois seminários de Tempo Comunidade (2016 e 2019), o ensino de ciências foi protagonizado pelo entendimento da natureza e da interação do ser humano com a natureza a partir dos processos extrativos da mineração.

A partir de visitas a campo na cidade, ou no próprio território, foram abordados

temas como a origem das rochas, minerais e minérios, composição química da água, processos de extração do minério, infraestrutura do escoamento do minério, potenciais impactos ambientais e os diversos conteúdos de física, química e geociências relacionados.

De maneira integrada, interdisciplinar e emancipadora, o debate envolvendo ciências da natureza, política, conflitos socioambientais, teatro e audiovisual a partir da mineração, tem sido uma das principais entradas na comunidade a partir de uma perspectiva crítica se configurando em uma rica experiência didática e de mobilização social.

Do ponto de vista metodológico a dinâmica dos Seminários de Tempo Comunidade, com divisão coletiva de tarefas em equipes, desde a fase do planejamento da ação, coloca os estudantes em situação de protagonismo do processo, que se manifesta nas articulações políticas necessárias para garantia da infraestrutura e alimentação, na coordenação dos turnos do seminário, na produção de ações culturais de intervenção. Os professores da Ledoc participam ativamente do debate, mas de forma coletiva e integrada, o que reorganiza as relações entre professores e estudantes do curso.

Nesse sentido, um dos saldos da série histórica foi o papel formativo que as

linguagens artísticas e as manifestações culturais passaram a desempenhar, intercaladas com atividades acadêmicas – ilustrando e investigando as articulações complexas entre cultura e política, os mecanismos de dominação, a dinâmica de naturalização da opressão e exploração e as formas de resistência ao processo colonial e escravista, e as consequências posteriores herdadas no período da história republicana.

Do ponto de vista da articulação institucional há muitos passos a serem dados para fortalecer a experiência de formação e organização social em andamento. A possibilidade de criação de um polo de extensão da UnB na região pode articular as diversas iniciativas extensionistas de equipes de diferentes unidades, envolvendo também a infraestrutura do Centro UnB Cerrado, em Alto Paraíso, e o Pólo da Universidade Aberta do Brasil, em Cavalcante. Há espaço também para maior articulação entre as universidades federais de Brasília (UnB), de Goiás (UFG), de Tocantins (UFT) e o Instituto Federal de Goiás, articulando as iniciativas de pesquisa, extensão e ensino semelhantes.

No último seminário de Tempo Comunidade, realizado em fevereiro de 2019, a Epotecampo lançou a proposta de criação de uma Escola Popular do

Território Kalunga. Acreditamos que essa iniciativa, somada à consolidação do comitê e da agenda de pesquisa do território Kalunga, possa conferir à Epotecampo, em conjunto com as demais associações, a centralidade de um projeto de educação popular, cultura, formação e organização social que se fortaleça a partir das demandas internas das comunidades dos territórios quilombolas Kalunga e rurais da região.

Referências

Almeida, M. G. (2015). Territórios e Identidades dos Kalunga de Goiás. In Almeida, M. G. (Org.). *O Território e a Comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares* (pp. 45-68). Gráfica UFG, Goiânia.

Almeida, W. P., & Santos, M. L. (2004). História de Cavalcante. *Acervo Ong Berço das Águas*, Brasília.

Baiocchi, M. N. (2013). *Kalunga: Povo da Terra*. 3 ed. Goiânia: Editora UFG.

Bedeschi, L., & Zanchetta, M. I. (2008). *Cidadania quilombola*. Texto de Luciana Bedeschi. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Botelho, N. F., Moura, M. A., Peterson, R. C., Stanley, C. J., & Silva, D. V. G. (2006). Kalungaite, PdAsSe, a new platinum-group mineral from the Buraco do Ouro gold mine, Cavalcante, Goiás State, Brazil. *Mineralogical Magazine*, 70(1), 123-130. Doi: <https://doi.org/10.1180/0026461067010318>

Brasil. (2001). *Uma história do Povo Kalunga*. Ministério da Educação e Cultura-Mec/SEF, Brasília.

Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 259-267). 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Caliari, R. O., Alencar, E., Amâncio, R. (2002). *Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local*. Lavras: Organizações Rurais & Agroindustriais, 4(2).

Costa, V. S. (2013). *A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Brasília.

Fernandes, B. M. (2009). Sobre a tipologia de territórios. In Saquet, M. A., & Spositos, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos* (pp. 197-215). Expressão Popular, São Paulo.

Galli, U. (2006). *A História da Mineração em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, Contato Comunicação.

Goiás. (2012). História de Goiás. Goiânia, GO. *Secretaria de Estado e Cultura*. Recuperado de: <http://www.secult.go.gov.br/post/ver/140142/historia-de-goias>. Acesso em 16 fevereiro 2015.

Gouveia, L. R. (2018). *Dificuldades organizativas da resistência quilombola* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Brasília.

Machado, J. M. (2008). *Depósito de Au, Pd e Pt associado a granito, mina buraco do ouro, cavalcante, Goiás: caracterização e modelo da mineralização*

(Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

Marinho, T. A. (2008). *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Molina, C. M., & Hage, S. M. (2016). Riscos e potencialidades na expansão dos cursos de licenciatura em Educação do Campo. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 32(3). Doi: <https://doi.org/10.21573/vol32n32016.68577>.

Moura, C. (1993). *Quilombos resistência ao escravismo*. 3º ed. Editora Ática S.A - São Paulo.

ⁱ A tradução do termo Educação do Campo em inglês é de difícil escolha, já que não existe tradução do termo conforme entendimento do conceito. “Rural Education” remete à Educação Rural e “Peasant Education” pode ser interpretada como educação de camponeses e não Educação do Campo, porém, até que seja construída a discussão do conceito em inglês, optamos por “Peasant Education” por ser o termo mais próximo do conceito.

ⁱⁱ Para mais informações e/ou atualizações acesse <https://www.epotecampo.com.br/>

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 15/07/2019
Aprovado em: 30/09/2019
Publicado em: 19/12/2019

Received on July 15th, 2019
Accepted on September 30th, 2019
Published on December, 19th, 2019

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid


Caroline Siqueira Gomide

 <http://orcid.org/0000-0001-5793-0995>


Rafael Litvin Villas Bôas

 <http://orcid.org/0000-0003-1814-710X>

Maria Lúcia Martins Gudinho

 <http://orcid.org/0000-0002-9738-4375>

Luan Ramos Gouveia

 <http://orcid.org/0000-0003-3073-7241>

Ana Lêda Dias dos Santos

 <http://orcid.org/0000-0002-4044-1981>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Gomide, C. S., Villas Bôas, R. L., Gudinho, M. L. M., Gouveia, L. R., & Santos, A. L. D. (2019). Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: experiência da UnB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4, e7187. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7187>

ABNT

GOMIDE, C. S.; VILLAS BÔAS, R. L.; GUDINHO, M. L. M.; GOUVEIA, L. R.; SANTOS, A. L. D. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: experiência da UnB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 4, e7187, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7187>